



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 28ª
(VIGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO
DISTRITO FEDERAL,
DE 12 DE ABRIL DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.325, de 2012, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, a sessão ordinária de hoje, dia 12 de abril de 2012, quinta-feira, fica transformada em comissão geral para realização de debates sobre a população em situação de rua no Distrito Federal.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai suspender os trabalhos durante cinco minutos para que possam adentrar o plenário todas as pessoas interessadas que irão participar desta comissão geral.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h29min, a sessão é reaberta às 15h34min.)

(Assume a Presidência a Deputada Arlete Sampaio.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Boa tarde a todas e a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	2

Quero dar as boas-vindas a todas e a todos vocês para participarem da nossa Comissão Geral, cujo objetivo é debater sobre a população em situação de rua no Distrito Federal.

Nós gostaríamos de convidar para compor a nossa Mesa de hoje os seguintes convidados e convidadas: a Exma. Sra. Deputada Federal Erika Kokay; o Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, Daniel Seidel; a Sra. Coordenadora do Departamento Psicossocial da Defensoria Pública do Distrito Federal, Dra. Ingrid Quintão; a Sra. Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e Coordenadora do Projeto Renovando a Cidadania, Maria Salete Kern Machado; e o Sr. Coordenador do Fórum Permanente da População em Situação de Rua e do Movimento Nacional da População de Rua, Jacinto Mateus de Oliveira.

Bem, primeiro, eu quero situar todos acerca do objetivo desta comissão geral e cumprimentar também todos os trabalhadores da Sedest que estão aqui, que lidam com essa problemática no dia a dia.

Resolvemos fazer esta comissão geral, que foi aprovada aqui, no plenário da Câmara Legislativa, porque existem diversas situações que estão sendo colocadas com relação à população em situação de rua: quatro moradores de rua foram assassinados no Distrito Federal recentemente; o Albergue Conviver teve o seu muro quebrado por pessoas pseudorrevoltadas da sociedade.

Há necessidade de que a gente discuta esta questão no foco adequado. O foco não é aquele para o qual eu fui convidada, nesta Casa, há um ano: debater o albergue porque havia toda uma pressão para que ele fosse fechado e queriam saber da gente que dia ele seria fechado. Um albergue que, todos sabem, existe há 20 anos naquele local. Evidentemente todos nós concordamos que ele tem de ser realmente encerrado e substituído por equipamentos mais adequados para a própria visão da política de assistência social, mas isso não se dá da noite para o dia nem apenas no primeiro ano de um governo que não tinha orçamento, não tinha terrenos, não tinha nada pronto para construir os outros albergues que substituiriam aquele.

Então, hoje, a gente quer ter um olhar mais amplo para discutir a questão da população de rua no Distrito Federal, a realidade dessa população e debater as alternativas, as políticas públicas que precisam ser construídas para enfrentar de fato a situação, na perspectiva de assegurar a todos os cidadãos e cidadãs que vivem nas ruas os seus direitos humanos.

Essa é a nossa visão. É a visão de que as pessoas que moram nas ruas também são sujeitas de direitos. Portanto, essa é a abordagem que a gente gostaria de dar.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	3

Evidentemente, não podemos jamais deixar que o Estado continue não respondendo a essa situação, mas precisamos localizar essa situação no seu lugar correto.

Aqui, estão presentes diversas pessoas — depois faremos questão de citar a presença.

Começaremos pedindo à professora Maria Salete, da Universidade de Brasília, que coordenou o Projeto Renovando a Cidadania e elaborou uma pesquisa sobre a população de rua do Distrito Federal, que apresente essa pesquisa e o seu resultado. Gostaria de dizer que, em 2011, quando assumimos a Sedest — no caso, eu assumi em 4 de janeiro do ano passado —, verificamos que havia uma pesquisa de população de rua na Sedest, feita no ano de 2010, contratada com recursos do Fundo de Apoio à Pesquisa. Apesar de termos questionado um pouco a metodologia utilizada, foi uma referência para o nosso trabalho em grande parte deste ano. Em junho ou julho, se não me engano, nós tivemos o debate geral, o último debate do trabalho da professora Salete e toda a sua equipe, o Projeto Renovando a Cidadania, que foi quando o nosso Governador Agnelo Queiroz assinou o decreto constituindo uma comissão para elaborar uma política para a população de rua.

Essa pesquisa coordenada pela Universidade de Brasília é de fundamental importância para todos nós, para todas nós, porque ela nos permitirá situarmo-nos em relação à realidade, sobretudo sobre a composição social dessa população de rua.

Há um grande equívoco: muitas vezes as pessoas acham que todo mundo que está nas ruas é drogadito, é alcoolizado e que temos que dar um jeito de tirar essa população da rua. Mas a gente sabe e a pesquisa vai mostrar justamente que não é assim, que a imensa maioria das pessoas que estão nas ruas trabalham, elas se viram, elas procuram, a partir dos seus dramas sociais, das suas realidades, reconstruir ou tocar sua vida para frente. Existem também aqueles que são drogaditos, que precisam de tratamento, existem aqueles outros que precisam da ação da polícia porque são traficantes, mas não podemos achar que todos são a mesma coisa e que tem que ser dado um único tratamento, digamos assim, uma única política para enfrentar essa realidade.

Vou passar a palavra à Professora Maria Salete, para que ela possa fazer a apresentação da pesquisa. Sei que ela vai dividir o tempo com a Professora Bruna, mas depois a Professora Bruna falará do púlpito.

Tem a palavra a professora Maria Salete.

SRA. MARIA SALETE KERN MACHADO – Boa tarde a todos. Quero agradecer à Arlete por ter convidado a nós da pesquisa Renovando a Cidadania para participar desse debate que consideramos de suma importância.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	4

Primeiro eu queria falar rapidamente que essa pesquisa surgiu justamente de uma preocupação muito grande em tentar entender quem são as pessoas que estão em situação de rua no Distrito Federal. Desde o início, estamos preocupados com essa situação e, pelo que a Arlete falou, o que vemos nos jornais e estamos sabendo, essa situação tem se agravado cada vez mais. Acho muito importante que estejamos aqui presentes porque a nossa ideia não era fazer só uma pesquisa de fundo acadêmico, evidentemente com toda a metodologia e a seriedade acadêmica, mas a preocupação maior é que os nossos dados e a nossa pesquisa servissem realmente para subsidiar as políticas sociais.

Bom, vou falar rapidamente. Essa pesquisa, o projeto Renovando a Cidadania, foi feita em parceria. Nós pedimos financiamento da Faap e essa pesquisa foi uma parceria. Na verdade, o programa é Providência de Elevação da Renda Familiar, que é uma ONG, em parceria com a Universidade de Brasília.

Embora eu tenha sido a coordenadora da pesquisa, o grande mérito dessa pesquisa se dá porque a gente teve uma equipe de pesquisadores extremamente responsáveis, ligados e preocupados com essa questão. Acho que essa pesquisa não seria possível sem a presença da Bruna Gatti. Desde o início, ela procurou tudo, eu diria que foi ela quem iniciou essa ideia da pesquisa. Depois tivemos a Camila Potyara também, que é uma professora da universidade ligada a isso, e a Mônica Mariano.

O fundamental de tudo isso é que o objetivo dessa pesquisa — depois vou passar a palavra para a Bruna expor alguns dados que talvez seja importante vocês terem — era justamente a gente traçar o perfil dessa população que está em situação de rua. Para isso dividimos a pesquisa em etapas.

A primeira etapa foi justamente ir aos albergues e às entidades ligadas à situação dos moradores de rua para ter uma ideia de quantas há, como atendem, quais são as ações sociais desenvolvidas.

A segunda etapa da pesquisa, que no nosso entender será a que mais vamos discutir aqui com os dados, foi tentar escutar a voz das pessoas em situação de rua.

Nesse sentido, eu também quero agradecer a participação do Movimento Nacional de População de Rua, que está aqui presente, tanto o Mateus como a Antônio, que nos ajudaram também a realizar a parte da pesquisa a ver com a cartilha, que já tinha sido usada no Ministério em Minas Gerais, e nos ajudaram com suas experiências.

Essa segunda etapa da pesquisa foi muito importante porque nós aplicamos entrevistas — depois, vou dar os resultados. Foram entrevistadas 2.512 pessoas em situação de rua, sendo — depois a Bruna pode falar melhor sobre isso — 1.972 adultos, 319 crianças e 221 adolescentes. Esse questionário teve uma preocupação



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	5

muito grande em pegar temas que pudessem nos dar o perfil de quem é essa população de rua. Nós dividimos em alguns temas, como dados pessoais, a escolaridade, a saúde, a situação da família, o trabalho e a vida nas ruas. Essa etapa foi muito importante.

Nós tivemos também a colaboração – além, como eu falei, do Movimento – de vários pesquisadores, alunos da UnB, que foram treinados, selecionados. Eles trabalharam junto com os facilitadores, pessoas ligadas aos albergues que nos ajudaram profundamente, pois já tinham conhecimento da situação de rua, a ver em que locais essas pessoas estão, por que foram feitas essas entrevistas – depois eu posso falar com mais calma sobre essas entrevistas.

Como eu falei, o questionário foi aplicado para crianças, adultos e adolescentes, com a preocupação de pegar um pouco esses temas de que falei.

A terceira etapa apresenta dados da pesquisa referentes à localização, a uma ideia de onde essas pessoas se localizam. Como a Deputada Arlete Sampaio falou, a pesquisa também mostrou para nós que essas pessoas que estão em situação de rua, muito diferente do que se pensa, não são só drogaditas ou com algum problema. Claro que existem os problemas. Eles são fundamentalmente de fundo econômico, falta de trabalho, falta de moradia, falta de assistência. Outro problema muito sério é que essas pessoas não têm documentos, então elas são consideradas nada: se vão a um posto de saúde, se vão a uma escola, elas não têm a identidade de que necessitam. Esse foi um dado muito importante que a gente viu também.

Por último – acho importante vocês terem os dados –, nós tivemos a terceira etapa da pesquisa em que buscamos junto com a Sedest e outras instituições e administrações aqui do Distrito Federal realizar debates em algumas cidades, em algumas regiões administrativas do Distrito Federal. Tivemos debates no Guará, em Sobradinho, em Taguatinga e no Gama.

Por último, foi o que a Deputada Arlete Sampaio falou: como a nossa preocupação não era só uma pesquisa acadêmica, a ideia era subsidiar as políticas públicas. A última etapa se deu justamente no dia 13 de junho – acho que as Deputadas Arlete Sampaio e Erika Kokay estavam presentes – quando o Governador assinou o Decreto nº 32.986, de 13 de junho de 2011, e foi formada essa Comissão.

Teríamos muito mais coisas para falar. Nesses debates, por exemplo, foram discutidos temas como assistência e previdência social, cultura, esporte, lazer, educação, habitação, saúde, segurança pública, trabalho e geração de renda. Em cada um desses grupos, havia a participação, também, das pessoas em situação de rua. Aí aconteceu que as pessoas anotaram as suas reivindicações, e, nesse dia, foi entregue ao Governador e, ao mesmo tempo, à equipe administrativa do Distrito Federal as nossas demandas – as nossas que eu digo são as demandas que não eram apenas da nossa pesquisa em si, mas de todas essas pessoas em situação de rua.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	6

Então, passo a palavra à Bruna, porque, como eu falei, eu acho que essa pesquisa tem muito a ver com ela. Então, eu gostaria que ela expusesse alguns dados da pesquisa.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Salete.

Neste momento, concedo a palavra à Sra. Bruna Gatti.

SRA. BRUNA GATTI – Boa tarde a todos. Como a Salete falou, eu fiz parte do Projeto Renovando a Cidadania. Ela explicou um pouco da dinâmica do nosso projeto. Esse projeto levou quase três anos de concepção e dois anos de trabalhos árduos em cima do tema. Nós temos alguns dados. Como ela falou, a primeira etapa da nossa pesquisa foi o levantamento das instituições que trabalham com a população de rua no Distrito Federal. É importante colocar que a nossa pesquisa foi feita no Distrito Federal inteiro. Então, nós olhamos para o Distrito Federal como um todo. O primeiro resultado é que fizemos um levantamento de que havia 55 instituições que poderiam trabalhar com população de rua; porém, olhando os dados, percebemos que muitas instituições cobravam pelo serviço, ou seja, a população em situação de rua não poderia acessar esse serviço. Então, no final das contas, ficaram 20 instituições no Distrito Federal que trabalham com população em situação de rua especificamente. É um número muito pequeno.

Nós conseguimos entrevistas com os diretores, a nossa equipe de pesquisadores foi até essas instituições, aplicou um questionário, e conseguimos ver que os funcionários das instituições, tanto públicas quanto privadas, são pessoas que não são capacitadas para trabalhar diretamente com a população em situação de rua. Então, eles não têm um preparo para trabalhar com essa população. O número de vagas de abrigos e albergues no Distrito Federal é pequeno. Nós temos 2.512 pessoas que conseguimos detectar em situação de rua. Temos aproximadamente 900 vagas em todo o Distrito Federal. O despreparo dos funcionários para trabalhar com a população e, principalmente, a violência dentro das instituições. A violência entre os albergados e os abrigados e a violência que existe em relação aos funcionários sobre os albergados.

Depois de concluído o nosso censo, nós fizemos um mapeamento muito grande da população em situação de rua no Distrito Federal. Como a Salete já falou, nós conseguimos detectar 2.512 pessoas. Nós fizemos isso em um período de dez dias. Então, esse número pode ser menor ou pode ser maior, mas como utilizamos a metodologia do Censo, tinha que ser em um período pequeno. Nós conseguimos estes números: 74% da população em situação de rua é masculina; temos predominantemente pessoas pardas e negras dentro da população em situação de rua. As crianças, com elas nós aplicamos uma ficha e não um questionário, porque nós pegamos crianças de zero a doze anos. Então, esse questionário, na maior parte das vezes, foi respondido pelos pais. Uma coisa muito importante que conseguimos



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	7

detectar no nosso censo é que essas crianças estão acompanhadas dos pais, elas não tiveram os seus vínculos familiares interrompidos, e isso era um grande mito em que as pessoas acreditavam. Então, essas crianças, geralmente, vão para as ruas para acompanhar os pais. E elas se concentram entre Águas Claras, que podemos explicar pela própria existência do Albercon naquela cidade, e em Brasília, entre a Asa Sul e a Asa Norte e a região central. Os adolescentes são predominantemente do sexo masculino, não têm casa. Já temos uma geração de adolescentes que nasceram nas ruas, então, 49% dos adolescentes que estão nas ruas são do Distrito Federal. Já temos uma geração que veio das ruas do Distrito Federal. E, geralmente, quando os adolescentes vão para as ruas, eles vêm acompanhando a família. Novamente, nós quebramos a história da quebra dos vínculos familiares, porque havia o mito de que eles iriam para as ruas pelo vínculo interrompido com a família. O que não é verdade, segundo foi detectado na nossa pesquisa.

Em relação à violência, 47% afirmaram que sofreram violência. É um dado extremamente preocupante e alarmante. E desses, 20% sofrem violência muitas vezes. E o que vimos é que tivemos há duas semanas o caso da denúncia dos adolescentes que denunciaram os policiais, mas uma coisa que me chama atenção, além do fato de policiais agredirem tanto crianças quanto adultos em situação de rua, é que a própria sociedade é a maior agressora. Então, eles são agredidos pela própria família, na questão dos adolescentes, mas a sociedade em geral é a maior agressora da população em situação de rua. Isso é um dado importante, acho que é até alarmante. Sessenta e seis por cento desses adolescentes têm família. Em relação aos adultos, nós conseguimos 1.972 pessoas. Elas também são homens, negros, a maior parte deles está em Águas Claras; também a gente pode explicar isso pela existência do Albercon. E em Brasília, na região central — Asa Sul e Asa Norte —, um fenômeno importante que há, diferentemente da população em situação de rua do resto do País, é que em Brasília as pessoas têm que se esconder, até pela própria questão da violência. Eles passam o dia nos pontos comerciais, mas à noite eles têm que se esconder em buracos, eles têm que dormir no cerrado, fazer as necessidades físicas no cerrado. Brasília é uma cidade extremamente excludente, e essas pessoas são extremamente invisíveis. Então, é muito importante isso que está acontecendo agora. Infelizmente pessoas tiveram que perder suas vidas para eles mostrarem que eles existem.

Terminando, então, 18,9% dos adultos são do Distrito Federal. Na verdade, eles vieram para o Distrito Federal para procurar emprego. Então, outro mito que existia é que as pessoas em situação de rua vêm para o Distrito Federal atrás das doações. Existe um grupo que vem especificamente no final do ano, mas a gente não considerou população em situação de rua. Eles vêm para procurar trabalho. Como falei, a cidade é extremamente excludente e preconceituosa, não aceita as pessoas nas ruas, não dá trabalho. Geralmente eles vinham dos seus estados, onde



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	8

tinham casa. Então, eles passaram a ser população em situação de rua aqui no Distrito Federal, a terra dos sonhos, que passa a ser a terra que tira tudo deles.

Setenta e cinco por cento dessa população de rua não têm acesso a nenhuma política social. Então, é mais um dado que demonstra que eles são extremamente invisíveis, inclusive politicamente, porque eles deveriam ser assistidos pelas políticas sociais e 75% deles não têm acesso a nenhuma política social.

Outro fato que a Arlete falou é que apenas 10% deles sobrevivem de mendicância. Então, outro mito que existia no senso comum é que eles são mendigos. É errado falar mendigos. Eles não são mendigos, eles são trabalhadores. Apenas 10% da população em situação de rua sobrevivem da mendicância. Eles foram para a rua para trabalhar porque a atividade comercial desempenhada por eles geralmente é a catação ou trabalham como lavador ou flanelinha. O trabalho deles é na rua. Então, eles precisam passar o dia na rua.

Sessenta por cento dos adultos já sofreram violência; 30% dessas pessoas sofreram violência do próprio grupo da população em situação de rua; 25% sofreram violência por policiais, e 12% pela sociedade em geral. A gente pode ver que a gente considerou violência não apenas a física e a psicológica. Noventa e nove por cento das pessoas em situação de rua já foram impedidas de entrar ou de receber algum atendimento em algum local. Isso, para mim, é a maior forma de violência. Por isso, o nosso projeto se chamou “Projeto Renovando a Cidadania”, porque a gente tentou mostrar que essas pessoas são, sim, cidadãos e elas merecem todos os direitos.

Obrigada.

SRA. MARIA SALETE KERN MACHADO – Eu acho que hoje aqui temos uma oportunidade muito grande de realmente discutir a questão e ver se, a partir desses dados, a gente começa a implementar alguma coisa mais efetiva com relação à população e às pessoas em situação de rua.

Era só isso. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Salete. Obrigada, Bruna, pela apresentação, que, como vocês puderam ver, é extremamente útil e importante para podermos, a partir dessa pesquisa, construir as políticas necessárias para fazer frente a essa situação.

Quero anunciar algumas presenças, por enquanto, porque eu não tenho todos os cartazes aqui: Antonia Cardoso Abreu, coordenadora do Movimento Nacional da População de Rua, muito obrigada pela sua presença; diácono Ribamar de Moraes, Presidente da Casa Santo André do Gama, que faz um grande trabalho com a população de rua, muito obrigada; Adriana, coordenadora de proteção social especial da Sedest; Rossi, que é o nosso UAG da Sedest; Sérgio, Ouvidor da Sedest. Há um conjunto de técnicos da Sedest, que são coordenadores de Cras, diversas



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	9

equipes, inclusive o coordenador do famoso Albercon, que também está aqui, que é o Alison. Depois nós vamos fazer a leitura de todos os nomes.

Vou passar a palavra agora à Deputada Erika Kokay, porque ela vai precisar viajar em seguida, e depois continuo a ordem da Mesa.

Concedo a palavra à Deputada Federal Erika Kokay.

DEPUTADA FEDERAL ERIKA KOKAY — Eu queria desejar uma boa tarde para cada uma e cada um de vocês e saudar os componentes da Mesa, na figura da Deputada Arlete Sampaio, que está nos proporcionando a oportunidade de discutir um tema de extrema relevância para a sociedade e para a condição humana.

Temos em Brasília essa pesquisa que aqui já foi levantada, já foi falada e que é um dos instrumentos valiosos para que possamos trabalhar uma política pública. É uma pesquisa que desmistifica, como aqui já foi falado, uma série de aspectos e nos possibilita ter o perfil da população de rua, mas não apenas o perfil que podemos medir quantitativamente. Há um dado dessa pesquisa que me parece absolutamente relevante, que é o fato dos sonhos que carregam essa população, a capacidade de sonhar que tem essa população. A maioria da população adulta e da população adolescente em situação de rua, pela pesquisa, diz que sonha com uma moradia, sonha com um lote ou sonha com uma casa.

Então, isso é absolutamente relevante para que possamos pensar e construir uma política pública e desmistificar. Ou seja, essa pesquisa também é um instrumento para que possamos dialogar com a sociedade, que, como aqui já foi dito, invisibilizou essa população de rua. Essa população é invisível e, quando ela é vista, muitas vezes, é vista com os olhos do preconceito, com os olhos do medo, com os olhos da insegurança. Nós não temos, portanto, a condição ou a generalização do olhar para a população de rua como seres humanos.

Penso que os seres humanos estão sob o escombros de muita desigualdade, de muita discriminação, de muita exclusão, de uma exclusão social, de uma exclusão econômica, mas não só, também de uma exclusão amorosa. Há muito desamor pelas causas que se constroem para que tenhamos a população em situação de rua.

Acho que Brasília tem um instrumento extremamente poderoso, que é a pesquisa com perfil, com sonhos e com espaços de fala. A pesquisa inova, professora Salete — e parece-me que é absolutamente fundamental —, com o espaço de fala, porque é uma população que não tem espaço de fala no seu dia a dia.

Penso que a população de rua entra em uma cadeia de vitimizações. É vitimizada porque lhe falta o que é absolutamente fundamental: o espaço de construção da cidadania, que é o endereço. Ela é jogada em uma situação de rua. Há a vitimização porque ela fica vulnerabilizada, particularmente as crianças e os adolescentes, porque, penso eu, nós não temos nenhuma possibilidade de termos



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	10

uma violação de direitos que fique nela mesma. A violação de direitos leva à violação de outros direitos.

Então, a população em situação de rua, via de regra, é mais fragilizada para a situação de trabalho infantil, para a situação de exploração sexual, para uma série de outras situações. Ela fica vulnerabilizada, ela é “revitimizada”. Ela é mais uma vez vitimizada quando a sua fala não é considerada, quando ela é invisibilizada enquanto pessoa e a sua fala é negada. A sociedade não acolhe a fala da população de rua.

Essa pesquisa colhe a fala e constrói os dados a partir da possibilidade de expressão. Ela realiza vários encontros em que a população de rua passa a ter fala, que é uma condição essencialmente humana e que nos denota ou nos indica que somos seres faltantes. E, por sermos faltantes, somos seres também querentes.

Digo que temos esse instrumento, que é absolutamente valioso, e temos a condição de fazer uma política que terá que ser necessariamente intersetorial. Penso que, da mesma forma que a violação de um direito não fica em si mesma, também não há como assegurar qualquer direito de forma isolada. Os direitos são inter-relacionados. Se você assegura um direito sem assegurar os demais, você não está assegurando nenhum direito, você está anulando o direito que teoricamente foi assegurado. Como os direitos são inter-relacionados, as políticas públicas que asseguram os direitos também têm que ser enganchadas uma na outra e têm que ser pensadas com os vários olhares.

Penso, portanto, que é urgente termos um plano que possa abarcar esses diversos olhares e os diversos recortes.

Nós temos recortes diferenciados, que é outro mérito da pesquisa. A pesquisa faz o recorte da criança, faz o recorte da adolescente, faz o recorte do adulto. Portanto, é preciso que tenhamos o recorte, o recorte das crianças, dos adolescentes, os diversos recortes que envolvem essa população em situação de rua.

Penso que nós temos de estabelecer essa intersetorialidade e o empoderamento dessa população para que possamos romper a cadeia de vitimização. E penso que é absolutamente fundamental que sejam criados esses espaços.

Por isso, nós tiramos, na audiência pública que fizemos na Câmara dos Deputados, a necessidade da construção de um fórum onde haja um espaço de fala para a população de rua, um fórum nacional obviamente. E tiramos também a necessidade de termos um grupo de trabalho para consolidar os diagnósticos, porque existem diagnósticos em várias unidades da federação, existem diagnósticos e pesquisas que foram feitas em nível nacional abarcando algumas cidades, algumas capitais. É preciso consolidá-los e criar esse grupo de trabalho para, além da consolidação do diagnóstico, fundamentalmente fiscalizar a implementação das



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	11

políticas públicas. É preciso que nós acompanhemos o desenvolvimento e a efetivação das políticas públicas, muitas vezes pensadas, muitas vezes formatadas em planos, mas poucas vezes efetivadas. Portanto, esse grupo de trabalho foi uma das conclusões que tiramos. É um grupo de trabalho nacional que vai contar com parlamentares e representantes da sociedade civil.

Penso que também urge chamarmos as igrejas, as instituições e as organizações para que possamos fazer um trabalho de sensibilização. Penso que o Estado tem de ter a responsabilidade de fazer uma grande campanha de sensibilização, mas que deveríamos criar instrumentos de conversas, instrumentos por meio dos quais pudéssemos envolver as instituições que têm capilaridade, que dialogam com o conjunto da população na perspectiva de termos uma campanha.

Lembro uma campanha da fraternidade sobre a questão da população em situação de rua. Precisamos dar certo caráter duradouro a esse tipo de sensibilização, para que nós possamos, enfim, ter uma política que respeite os direitos desta população e possa fazer com que ela seja vista como pessoas e sem o olhar da discriminação e particularmente do medo. As pessoas têm medo da população de rua muito em função de uma mitificação que é feita.

Aqui já foi dito que, segundo dados nacionais, 70% dessa população é trabalhadora e tem vínculos, e que grande parte das crianças que estão em situação de rua tem um local ou tem um referencial de moradia.

Então, esses dados nos possibilitam dizer que nós precisamos envolver na intersetorialidade a Secretaria de Habitação – aqui foi dito que as pessoas querem uma casa –, envolver a Secretaria de Cultura e envolver a Secretaria de Trabalho, para que possam ser feitos os arranjos produtivos legais, para que possam ser feitas as capacitações necessárias, para que possamos ter outra lógica permeando a nossa sociedade.

Por fim, eu gostaria de dizer que recentemente uma adolescente denunciou que foi vítima de violência sexual por parte de dois policiais. Essa não é uma denúncia nova. Essa pesquisa também indica isso, indica que há denúncias de violência policial, de violência de agentes do Estado, inclusive de violência sexual por parte de agentes públicos.

É preciso que nós rompamos essa cadeia de vitimização, inclusive o espaço de fala. Nós encaminhamos à Secretaria de Segurança, algum tempo atrás, um vídeo em que os adolescentes e as crianças em situação de rua apontam uma série de violências: violência sexual, violência psicológica, maus tratos, tortura, extorsão, exigência de pagamento para proteção, uma série de violências. Nós encaminhamos para a Secretaria de Segurança e recentemente tivemos o relatório ou a conclusão do inquérito que diz que não foi possível constatar a materialidade e, portanto, sugere o arquivamento do inquérito que foi aberto. Não podemos permitir que o



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	12

arquivamento se dê com a fragilidade que nós percebemos na peça que constitui o inquérito. É frágil porque não foi feita uma investigação de fato. É muito importante que nós não tenhamos a impunidade, porque a impunidade alimenta a naturalização e alimenta a desumanização simbólica. A impunidade faz isso.

Dói-me muito quando nós conversamos com crianças e adolescentes em situação de rua e eles dizem: “A senhora vai sair daqui e vai para sua casa, eu vou sair daqui e vou para a rua enfrentar esse mesmo policial, essa mesma pessoa que eu estou denunciando neste momento”. Ou então, meninos e meninas que dizem: “A corda sempre vai arrebentar para o lado mais fraco”.

É a retirada da voz, é a retirada da crença de que nós temos o Estado Democrático de Direito, que as pessoas têm que se submeter a uma lei e que o conflito com a lei não pode ser construído pelos agentes do próprio Estado. Portanto, é muito importante que nós possamos romper com essa sensação de impunidade e que nós possamos, enfim, dizer que todas as violações de direito são apuradas com absoluto rigor porque não há qualquer tipo de pacto com essa postura.

Eu presido neste momento a CPI que vai discutir ou que vai investigar a exploração sexual e o turismo sexual, inclusive a partir dos grandes eventos que o Brasil vai abrigar, grandes eventos esportivos e também as grandes obras. Isso para que nós possamos combater ou investigar a exploração sexual, o turismo sexual de crianças e adolescentes aqui no nosso País.

Nós já aprovamos, na última reunião da CPI, que nós vamos chamar não só o comandante da Polícia Militar, mas uma série de representantes para podermos investigar esse caso e essas denúncias aqui no Distrito Federal, que nos parece é emblemático. Um adolescente teve a coragem de ir a uma delegacia e denunciar que foi vítima de violência sexual, porque nós vivemos hoje uma etapa, penso eu, de muito perigo. Há um processo de coisificação da condição humana.

Eu penso que nós temos desafios neste País, desafios de inclusão social, desafios de crescimento do País, mas também desafios da implementação de valores solidários, ou seja, de que o outro seja visto na sua igualdade de direito, semelhantes em direito. Embora sejamos diferentes, porque essa é a diversidade, é a beleza da humanidade, somos semelhantes em direitos.

Esses moradores de rua, essas pessoas em situação de rua que foram vítimas de atentado foram desumanizadas, simbolicamente, antes que o fogo pudesse ser ateado, ou antes que a bala pudesse ser direcionada para elas. Elas foram desumanizadas simbolicamente.

Essa menina de 16 anos que foi vítima de violência sexual também foi desumanizada antes que tenha sofrido a violência de ser abusada sexualmente. Portanto, há um processo de desumanização em curso que precisa ser identificado.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	13

São ovos de serpente, a meu ver, que precisam ser enfrentados com a construção dos valores da solidariedade.

Não queremos que os nossos meninos que morriam de fome possam morrer hoje em função da droga, que é a morte em vida, ou das grades, ou em função das balas que matam neste País por volta de 40 mil pessoas. Portanto, é preciso que nós tenhamos a noção exata de como estamos vivenciando essa etapa da nossa história de muita coisificação, em que a mão invisível do mercado invade a cidadania da nossa intimidade, captura os desejos, captura a forma de ser, captura os sonhos, para que nós possamos fazer um contraponto e construir valores de solidariedade.

Por isso a luta em defesa da dignidade e dos direitos da população em situação de rua é absolutamente estruturante, como é estruturante a luta contra a violência que atinge as mulheres, como é estruturante a construção de uma sociedade em que não haja o racismo, em que não haja o sexismo, em que não haja esse tipo de lógica que subalterniza o outro e que, portanto, submete a uma relação de violência que, antes de se concretizar na pele, se concretiza na alma e desumaniza simbolicamente. Por isso, os desafios estão dados e eu tenho absoluta certeza de que nós temos à frente da Secretaria de Desenvolvimento Social um companheiro, um secretário que tem sensibilidade para tanto e parlamentares nesta Casa da estirpe da Deputada Arlete Sampaio, que pautou a sua vida em defesa de uma sociedade igualitária e da construção de novos tempos, além de termos Ulisses Riedel também na nossa cidade, o que é uma alegria para cada um e cada uma de nós.

Eu queria agradecer muito a oportunidade de estar aqui, Deputada Arlete Sampaio, e dizer que nós vamos realizar, provavelmente, na próxima terça-feira, uma nova audiência da CPI, para discutirmos a questão específica dessa menina que foi vítima ou supostamente vítima de violência sexual. Peço desculpas porque terei que pegar um voo daqui a pouco e estou ligeiramente atrasada, o que não é muito raro na minha vida.

Um grande abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Deputada Erika Kokay, sempre presente em todas as nossas lutas em defesa dos direitos humanos. Eu quero passar agora a palavra ao Jacinto Mateus de Oliveira, que aqui representa o Fórum Permanente da População em Situação de Rua e o Movimento Nacional de População de Rua.

SR. JACINTO MATEUS DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos os presentes. Na figura da Exma. Sra. Deputada Arlete Sampaio, eu gostaria de saudar todos os componentes desta Mesa, os técnicos, os pesquisadores, as entidades, os representantes das entidades, os usuários e, principalmente, os meus irmãos e as minhas irmãs que estão em situação de rua, verdadeiros guerreiros, exemplos para



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	14

mim e para a coordenação do movimento de resistência ante toda negligência que estamos vivenciando no Distrito Federal.

Eu gostaria de iniciar a minha fala com a perspectiva das ordens de violação de direitos. Estamos vivenciando uma violência estrutural gravíssima através do Estado e dos mecanismos do Estado, no atendimento à população em situação de rua, e isso se reflete no não acesso. Nós, verdadeiramente, não conseguimos o acesso à saúde. Verdadeiramente, não estamos conseguindo avançar através de todos os mecanismos que existem, ora por desconhecimento de alguns profissionais, ora devido à invisibilidade da nossa situação de rua, ora por preconceito, ora por estigmas que, simplesmente, são utilizados para criminalizar pessoas e famílias que estão em trajetória de rua.

Eu gostaria de colocar que temos sentido, demasiadamente, o peso que a violência cultural tem exercido sobre as nossas vidas. Em alguns momentos, ela se dá através dos estereótipos utilizados pela sociedade que insiste em nos rotular de mendigos, drogados, criminosos, bêbados.

Recentemente, acompanhamos algumas matérias em que parte da imprensa, da mídia, até dos veículos de comunicação se valiam do incitamento à violência contra as pessoas e famílias em situação de rua. Eu acredito aqui, Sra. Deputada, que nós tenhamos que ter um olhar para todas essas instâncias que irei enumerar, pois contribuem acintosamente para a disseminação do ódio contra as pessoas e famílias em situação de rua ou que estejam acolhidas em entidades, como acompanhamos no caso do Albergue Conviver. Muitas vezes os interesses que estão por trás não se revelam, ora interesses motivados pela chamada gentrificação de enobrecer o bairro. No caso do Albercon, o albergue existia, a comunidade cresceu em torno da instituição. É importante ressaltar isso. Se hoje não serve, não está adequado à nossa realidade, a comunidade necessita de outros serviços, de outros aparelhos que possam atender as suas demandas sociais, que se realize isso sem a destruição do patrimônio público e sem a estigmatização das pessoas e famílias que estão lá acolhidas e que lá não encontram o seu viés de saída de rua.

E isso acontece não apenas neste Governo. Isso é uma herança maldita que nós temos de anos e anos de invisibilidade, de descaso, de negligência, de omissão com relação aos seres humanos que se encontram em situação de rua.

Quero dar continuidade, ainda, à questão da violência cultural porque nós entendemos que os jornais, que parte da imprensa, que parte da mídia devem ser responsabilizados civil e criminalmente pela incitação ao ódio, ao preconceito e à estigmatização das pessoas e das famílias em situação de rua! Somos seres humanos e merecemos ser tratados como tal! Quero dar continuidade dizendo que nos dói, que estamos com a nossa alma incendiada, que estamos com a nossa alma



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	15

queimada, esquarterada, em função das violências que estamos sofrendo, que os nossos companheiros e companheiras sofrem cotidianamente no Distrito Federal.

Nós percebemos que os agentes de segurança pública estão com a operação tartaruga, mas para a população de rua não existe operação tartaruga. Nós temos aqui as denúncias da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República de que ocorre — e aqui há uma lógica perversa — a abordagem truculenta, com a tomada dos pertences. Acontece que, entre os pertences, estão indo os documentos da população em situação de rua. Só nos primeiros três meses deste ano, quarenta corpos de pessoas em situação de rua passaram pelo Instituto Médico Legal. E isso parte da mídia, parte da imprensa e os segmentos não noticiam. A quem interessa que continue esse preconceito midiático? A quem interessa que não sejam levadas devidamente às instâncias jurídicas as violações e os crimes que acontecem?

Nós entendemos que, além da segurança pública, nós temos os membros da sociedade que estão se revelando verdadeiros monstros, ora contratando pessoas, ora criando grupos, em outros momentos, grupos de intolerância. Nós temos aqui dentro do Distrito Federal grupos que não gostam de negro, nordestino, população em situação de rua. E vale ressaltar que a população em situação de rua agrega a heterogeneidade do povo brasileiro porque nós temos no nosso segmento populacional a representatividade de toda a população brasileira, pessoas com deficiência, indígenas, todos.

Nós temos o nosso direito de ir e vir cerceado constantemente. O nosso direito à cidade inexistente. E, quando existe, é o direito de ir embora da cidade. Ser pego, colocado na rodovia: "Suma, tome seu rumo, volte para sua terra". Entendemos que os processos de gentrificação e que o enobrecimento das áreas também têm contribuído muito. Um espaço público que não serve para a população em situação de rua é mercantilizado, mas serve para a especulação imobiliária, para os interesses da especulação. Isso tudo é um pano de fundo, gente, para a Copa do Mundo.

Nós vivenciamos, por essa violência que existe do não acesso às políticas públicas que atendam as nossas reais necessidades, uma morte social. Essa morte social antecede a morte física. Estamos, Sra. Deputada, e a todos eu gostaria de dizer claramente, em contato com o Tribunal Penal Internacional, com a Corte de Haia, com a Organização das Nações Unidas. Quero ressaltar que o nosso País é signatário de vários acordos e tratados internacionais de não violência, de respeito à dignidade humana. Iremos recorrer a todas as instâncias necessárias para que haja a defesa da vida humana e, principalmente, o respeito à dignidade da pessoa humana em situação de rua.

Estamos cansados de ver nossas mulheres, nossas crianças, nossos jovens, nossas famílias serem massacrados, os corpos chegarem ao Instituto de Medicina



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	16

Legal e serem sepultados como ignorados ou desconhecidos! Estamos cansados da omissão, do silêncio e da indiferença! Quero dizer aqui, Deputada Arlete Sampaio, que iremos recorrer a todas as instâncias para garantir o direito à vida.

Por fim, quero agradecer a oportunidade e a coragem, Sra. Deputada, de estar aqui em defesa da vida humana, em defesa da dignidade da pessoa humana, Sra. Deputada! Estamos cansados de ver nossas famílias sem acesso, criminalizadas barbaramente, como se justificasse o injustificável! Estar em situação de rua, senhoras e senhores, significa que todos os aspectos constitucionais do cidadão de direito foram violados! Não mediremos esforços! Se possível for, daremos a nossa vida para que se respeite, para que consigamos o acesso à dignidade e ao respeito da pessoa humana!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Anunciamos a presença da Deputada Celina Leão. Eu quero agradecer ao nosso companheiro Mateus pela sua fala. Também quero anunciar a presença do Dr. Ulisses Riedel, coordenador do movimento Brasil sem Pobreza. Muito obrigada pela sua sempre ilustre presença nestes eventos.

Concedo a palavra à Sra. Ingrid Quintão, representante da Defensoria Pública do Distrito Federal.

SRA. INGRID QUINTÃO – Bom, eu fico sempre emocionada com a fala do Mateus porque temos trabalhado juntos e eu o tenho ouvido muito. A Defensoria tem acompanhado de perto todo esse sofrimento da população em situação de rua no Distrito Federal e no Brasil.

Meu nome é Ingrid Quintão, sou coordenadora, sou diretora do Departamento Psicossocial da Defensoria. Estou aqui em nome do Dr. Jairo Lourenço, nosso diretor-geral. Nós fomos convidados para falar das ações que a Defensoria Pública tem feito em prol da população em situação de rua. Eu fico feliz por estar aqui porque nós temos o que dizer, nós temos ações e estamos fazendo alguma coisa em prol da população em situação de rua. Tudo começou no ano passado, não é, Mateus?

Antes de tudo, eu quero parabenizar o movimento por estar muito presente. O movimento entrou na Defensoria e disse: “Nós precisamos de vocês”. Fez até um trabalho muito interessante de juntar, de fazer o trabalho de intersectorialidade. Não sei se você já tinha pensado nisso, mas eu entendo que o movimento uniu a Defensoria e a Secretaria de Desenvolvimento Social de forma efetiva, é claro. Estão aqui hoje pessoas, que já considero amigas, da Sedest, o pessoal da NOAS. No ano passado, o movimento procurou a Defensoria e nós, junto com o ex-subdiretor, decidimos que iríamos fazer alguma coisa efetiva em prol da população em situação



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	17

de rua. Desde então, entendemos que, para trabalhar com essa população, primeiro precisávamos trabalhar conosco, porque não conhecíamos e ainda falta muito para conhecermos toda a peculiaridade da população em situação de rua.

Não sei nem se fomos nós que buscamos ou se foi a Secretaria que buscou, mas sei que nós nos encontramos e fizemos, em fevereiro, depois de muita discussão, um evento em que discutimos a responsabilidade dos que trabalham com as pessoas não só em situação de rua, mas em situação de vulnerabilidade social. Isso, para a Defensoria, foi um divisor de águas, porque tivemos todos os defensores públicos presentes nesse evento e conseguimos fazer um trabalho de sensibilização na Defensoria.

Nosso objetivo é fazer com que toda a população em situação de rua saiba exatamente quais são os seus direitos. Nesse evento, pudemos fazer com que os defensores públicos entendessem mais a fundo esse público, com a ajuda do Movimento e da Sedest.

Nesse dia, o Secretário nos presenteou com uma fala que ficou marcada para todos da Defensoria. Isso ainda é comentado diariamente lá, porque foi tratada com muito amor a questão do sofrimento que tem essa população.

De lá para cá, estamos trabalhando com muito afinco, recebendo as demandas. Estamos trabalhando em parceria com a Sedest. Nós recebemos as demandas que o Núcleo de Abordagem percebe na rua e, aí, questões várias, de violação de direitos, de documentação... Semana passada, conseguimos algumas certidões de nascimento – uma problemática muito grande – e temos conseguido êxito nesse sentido.

Uma grande conquista que tivemos, há poucos dias – já dei essa notícia para o Movimento e para a Sedest –, é que a Defensoria tinha o projeto de uma van comprada, que teria outra finalidade para um projeto que já existe dentro da Defensoria, que é o projeto itinerante. Pelo entendimento dessa demanda imensa... Precisamos nos encontrar com esse público, verdadeiramente, precisamos dizer a eles: “Olha, vocês têm esse e esse direito. Vocês podem ter acesso”. As portas já estão abertas. A Defensoria Pública está muito sensível. E, Mateus, a pessoa em situação de rua não é barrada na Defensoria Pública. Eu estou lhe dizendo isso. (Palmas.) Falo isso muito emocionada, porque é uma conquista. Somos seres humanos e temos que trabalhar com seres humanos.

Nós vamos às ruas trabalhar – Sedest, Movimento, Defensoria –, dizer a essas pessoas que elas têm esse direito. Muitas vezes, eles não procuram a Defensoria porque não sabem quais são os direitos deles, não sabem qual é a problemática. Muitos têm medo de ser presos. São egressos que têm “n” direitos e não sabem como fazer.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	18

Então, a van é para o Movimento, é para a população em situação de rua. (Palmas.)

Decidimos o *layout* da van, em que teremos um defensor público sentado com um assistente social e um psicólogo, vamos até os lugares mapeados já pela Sedest e vamos fazer esse trabalho, que, acredito, vai ser espetacular. Não tenho dúvidas. Uma frase que nunca vai faltar é que, a partir de agora, se você precisar, se você sentir necessidade, pode procurar o núcleo que está lá em Samambaia e em vários locais. São 26. A nossa intenção é mesmo dar voz e protagonismo a essas pessoas. A gente quer ir até essas pessoas, mas precisamos que eles se sintam capazes e vistam esse protagonismo mesmo de que eles podem ir lá.

Se fui agredida moralmente, se alguém me xingou – um crime de menor potencial ofensivo –, posso ir, sim, até a Defensoria. Por que não? É direito. Todos nós podemos!

Fomos convidados para falar das ações. Estamos construindo cartilhas – Defensoria e Sedest –, tanto Defensoria para com a população de rua, quanto população de rua para com a Defensoria Pública, porque precisamos aprender sempre mais. Não sabemos o quanto é minuciosa a problemática da população em situação de rua. Em breve, teremos essa cartilha e iremos trabalhar com essa van e com esse material específico, feito com muito carinho pelas instituições.

Estamos à disposição! O movimento e a população em situação de rua têm as portas abertas. Já percebeu isso, não é, Mateus? A Defensoria está aberta e estamos completamente dispostos a acompanhar todas essas denúncias. Estamos dispostos a estar cada vez mais próximos e a fazer o que estiver ao nosso alcance para que diminuamos esse sofrimento e essa problemática tão triste no Distrito Federal.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muitíssimo obrigada, Dra. Ingrid Quintão.

Está aqui o Deputado Olair Francisco.

Quero avisar a vocês que está na Câmara Legislativa uma comissão especial da Copa do Mundo. Neste momento, a seleção brasileira de futebol de areia, o Sr. Marcos Fábio Spironellis, Presidente da CBBS, e o Sr. Márcio Coutinho, Presidente da Federação de Futebol de Areia, estão visitando a Câmara Legislativa e, daqui a pouco, eles vão entrar aqui apenas para conhecer o plenário.

Só espero que me avisem na hora em que eles estiverem entrando, Deputado Olair Francisco, para que não interrompamos a fala do Secretário. Já vão entrar? (Pausa.) Pois não. Depois, então, passarei a palavra ao Sr. Daniel.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	19

O Deputado Olair Francisco é Presidente da Comissão Especial da Copa do Mundo de 2014, representando a Câmara Legislativa do Distrito Federal, ou seja, ele é Presidente da Comissão pela Câmara Legislativa.

Sejam todos bem-vindos! Estamos, neste momento, realizando uma Comissão Geral para debater a questão da população em situação de rua no Distrito Federal.

Boa tarde a todos! Como nós estamos no meio de uma comissão geral, eu peço ao Deputado Olair Francisco que faça uma breve saudação porque depois temos que continuar a nossa atividade.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Boa tarde a todos. Eu gostaria de saudar a Presidente da sessão, Deputada Arlete Sampaio. Em nome dela saúdo todos da Mesa.

Deputada, eu, como Presidente da Comissão Especial da Copa, hoje, junto com o Deputado Aylton Gomes, junto com toda a comissão, com o Deputado Dr. Michel, nós estamos recebendo aqui no Distrito Federal, para um evento neste fim de semana, a Seleção Brasileira de Futebol de Areia, vamos dizer assim, porque é um português mais esclarecido para as pessoas.

Este fato aqui hoje tem uma questão muito importante relativa a esta audiência pública que V.Exa. está presidindo. V.Exa. preside uma comissão geral em relação às pessoas que têm menos oportunidades, que são as crianças de rua do Distrito Federal. São crianças e adultos. Eu prestigiei dias atrás e estava presente numa comissão geral em Águas Claras onde um dos maiores temas foi a questão da criança de rua. A questão das pessoas que possuem menos oportunidades. A questão das pessoas que precisam de cuidado do Estado e que precisam que nós como Parlamentares façamos um trabalho de olhos mais abertos e com maior atenção. Por que é importante a presença desses atletas aqui no plenário desta Casa? Porque estes atletas, esta seleção é focada, o trabalho deles é focado exclusivamente também para quem não tem oportunidade, para o menos favorecido. Então, é fundamental na tarde de hoje a gente poder prestigiar o trabalho de V.Exa. Um trabalho essencial, que é o Governo do Distrito Federal, que é esse Parlamento discutir a questão das pessoas que têm menos oportunidades, este tema aqui que é a criança de rua. Trouxemos para cá, não é, Deputado Aylton Gomes, a Seleção Brasileira de futebol de areia, que fará um magnífico evento este final de semana. Todos estão convidados lá no Parque de Águas Claras, onde também há um trabalho social para as pessoas que têm menos oportunidades.

Então, eu acho os dois temas desta tarde muito importantes. Eu queria agradecer à senhora, em nome de todos esses atletas que vão fazer neste final de semana dois grandes jogos aqui contra a seleção da Argentina. Façam um favor aqui para o povo de Brasília: ganhem os dois jogos. O mais importante, Deputada, a



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	20

gente já está colocando em prática junto com a Polícia Militar do Distrito Federal, a organização da Copa do Mundo. A Polícia Militar já está implantando o trabalho que fará na Copa das Confederações e na Copa do Mundo de 2014.

O meu muito obrigado e que Deus abençoe a todos nós. Que Deus possa nos ajudar a trabalhar para que as pessoas menos favorecidas tenham mais oportunidades.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Deputado Olair Francisco. Agradecemos também a presença do Deputado Aylton Gomes; Deputado Dr. Michel; Deputada Celina Leão, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; agradecemos a visita de todos os senhores e senhoras aqui presentes.

Dando continuidade à nossa Comissão Geral, concedo a palavra ao Sr. Daniel Seidel, Secretário de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal.

Muito obrigado a vocês.

SR. DANIEL SEIDEL – Boa tarde, Deputada Arlete Sampaio; Jacinto Mateus; Dra. Ingrid, que atua conosco na defensoria; professora Salete, que coordenou a pesquisa mencionada; também saúdo os vários que são militantes desta causa e que estão efetivamente atuando na superação dessa situação.

Primeiro, quero dizer que esse reconhecimento da população de rua como sujeito de direitos foi o conteúdo maior da intervenção mencionada pela Ingrid Quintão no ato de assinatura dessa parceria em fevereiro. Nós, como Estado brasileiro, temos justamente a dificuldade de reconhecer cada cidadão e cada cidadã que hoje se encontra nas ruas como sujeito de direitos. Eu queria dizer, professora Arlete Sampaio, que o primeiro ato do nosso Governador Agnelo Queiroz no DF Sem Miséria foi instituir, naquele dia em que foi apresentado o resultado final, um comitê para elaboração da política para a população em situação de rua. De fato, o Deputado Cristiano Araújo, hoje Secretário de Ciência e Tecnologia, procurou-me para combinar o lançamento do livro que apresenta a pesquisa. Como isso foi agora no final de fevereiro e nós estamos finalizando no comitê a elaboração da política, eu solicitei que ele aguardasse para que o lançamento do livro fosse consagrado com o lançamento da política pública para a população em situação de rua, construída nesse diálogo com a sociedade civil. Eu não tenho nenhuma dificuldade em dizer que toda essa construção se deu no período em que nós tínhamos na titularidade da Secretaria a nossa querida Deputada Arlete Sampaio.

Então, essa construção a que eu tenho a honra de dar continuidade na Sedest foi feita nesse diálogo. Eu também não tenho nenhuma dificuldade, Antonia, de dizer que foi com muito conflito porque compreender, reconhecer e garantir o



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 21

acesso a essas políticas públicas é uma construção. Foram momentos de muito aprendizado.

Eu quero também aqui honrar a participação do diácono Ribamar, que esteve presente conosco, da Adriana, nessa interlocução foi coordenadora à proteção especial, e de toda a equipe nossa da Sedest. Eu queria também pedir uma salva de palmas a todos esses que participaram da construção dessa política (Palmas.)

Quando a gente diz, Deputada Arlete Sampaio, governo democrático e popular, acho que a participação popular é uma construção que não deixa de ser conflitiva. Ela justamente quer chegar a lugares onde antes o Estado não conseguia chegar. Também afirmando como o próprio Governador Agnelo Queiroz, para fazermos uma resposta de Estado, nós vamos firmar parcerias com a sociedade civil. Todo o esforço nosso é reconhecer as instituições que trabalham de forma adequada. É respeitando os cidadãos e as cidadãs como sujeitos de direitos que nós vamos avançar na resposta a essas políticas públicas.

Quero dizer que todo esse estudo foi feito baseado na terceira parte da pesquisa. Eu também sou professor universitário e o sonho de todo docente que seja decente é que a universidade realmente esteja a serviço da sociedade e das causas que são mais caras à sociedade. Demonstração disso é a parceria que foi feita com providência vinculada à Arquidiocese de Brasília. A Universidade de Brasília realmente faz um exercício importante de cidadania.

Eu queria, neste momento, fazer a entrega pública do resultado do DF Sem Miséria à nossa Deputada Arlete Sampaio. Eu tenho a alegria de agora colher os frutos do que foi construído naquele período. Toda a equipe da Sedest compartilha desses resultados. Nós fizemos até 29 de fevereiro o cadastramento de 103.201 famílias na versão 7 do Cadastro Único do Governo Federal. Eu estou acabando de vir da reunião da Comissão Intergovernamental Tripartite da Assistente Social e lá eu tive a honra de entregar para o Secretário Executivo do Brasil Sem Miséria os primeiros resultados que nós estamos tendo: das 13.675 famílias em situação de extrema pobreza que começaram a receber a complementação do DF sem Miséria, nós conseguimos retirar da extrema pobreza, pelo critério de renda, 95% dessas famílias. As 701 famílias que ainda restam, já estamos referenciando-as para que elas tenham um acompanhamento utilizado e mediado pela tecnologia, por meio dos nossos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social, nossos CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social, e assim mostrarmos que o Estado é capaz, junto com a sociedade civil, com o engajamento dos servidores e com o protagonismo da população, de avançar na perspectiva da superação da situação de miséria e extrema pobreza.

Antes de abordar o tema propriamente dito, que, aliás, já comecei, eu queria fazer uma entrega solene à nossa Deputada, pois isso é fruto do trabalho dela



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 22

também durante o período em que dirigia a Sedest e, agora, podemos compartilhar. (Palmas.)

A Deputada Arlete Sampaio pediu-me que hoje eu segurasse a onda para não chorar, mas vai ser difícil.

O trabalho que realizamos na Sedest – e usarei a primeira pessoa do plural – é um trabalho com titularidade. Titularidade de quem na gestão da coisa pública o assume com responsabilidade. A Adriana esteve presente, Deputada Celina Leão, na audiência realizada. Sempre estaremos atentos, enquanto Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, em atender as demandas que esta Câmara Legislativa propõe e oferece. Porque esse resultado aqui foi fruto da Lei nº 4.601, aprovada nesta Casa no último dia legislativo do primeiro semestre do ano passado; depois, consequente, da Lei nº 4.737, aprovada no último dia legislativo de 2011. Os resultados do Bolsa Família de janeiro, pagamos a partir do dia 14 de fevereiro. Então, é um trabalho conjunto entre o Governo do Distrito Federal e esta Casa Legislativa, cada vez mais nessa interação para corresponder a esses anseios dessa população. Quem sabe, agora, com o lançamento da política para a população em situação de rua, fruto dessa mobilização e desse engajamento anterior, consigamos, depois, Deputada Arlete Sampaio, Deputada Celina Leão, transformar também em uma iniciativa legislativa para, efetivamente, se tornar política de Estado e não apenas uma política deste governo, que tem toda essa sensibilidade que temos demonstrado.

Estão projetados na tela os serviços que existem atualmente, na verdade. Uma primeira coisa que fizemos naquele período foi escutar a equipe da abordagem de rua para que pudéssemos remodelar, com a estrutura que tínhamos, onde seria melhor redimensionar o serviço. Aqui temos a Meire, o Plínio e outras pessoas que atuam na coordenação, e outros técnicos. Fizemos uma equipe que continua no Touring do Plano Piloto e outra que está abrigada com a nossa coordenadora do Crea da Ceilândia, a Graziela – que eu vi aqui também –, para que tivéssemos o acolhimento da outra equipe junto ao Crea da Ceilândia. Com isso, temos duas equipes que fazem abordagem social com essa ótica de garantia de direitos, que a nossa Ingrid da Defensoria Pública... Nesse processo, eu acho que a conquista da Defensoria Pública como uma parceira privilegiada com a qual se estabeleceu esse acordo foi uma demonstração de direção e de reconhecimento, atuando justamente na perspectiva da abordagem. Mas o desejo de muitos nesta cidade era que os retirássemos, como se a população em situação de rua não tivesse o direito à cidade. E aí, de novo, contando com a liderança da nossa então Secretária Deputada Arlete Sampaio, hoje Deputada, nos opusemos e fizemos reunião, à época, com os titulares da Secretaria de Segurança Pública dizendo que essa não era a nossa política. Política de higienização, de realmente afastamento da cena urbana da visibilidade pública dessas pessoas, dessas famílias. Por isso tivemos, sim, também dentro do



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 23

próprio governo, conflitos. E conseguimos que o nosso Governador Agnelo compreendesse que, para que pudéssemos fazer a mobilização dessa população, precisávamos construir políticas estruturantes e garantidoras de direito. É isso que estamos para anunciar à população.

Nós temos o serviço especializado para população de rua nesse acompanhamento dos Centros POPs. Eu estive, Mateus, hoje, na 903 Sul e as obras do Centro POP, como garantimos, estarão prontas para o dia 21 de abril, quando daremos uma dimensão muito mais decente e ampliada. Mesmo que o nosso Governador Agnelo não possa inaugurar nesse dia, é o presente que queremos dar para a Capital Federal. Queremos que Brasília, a Capital Federal, seja uma capital de civilidade. E ser uma capital de civilidade é atender com equipamentos públicos que reconheçam essa população como ser de direitos. O primeiro agora, e o segundo para o dia 15 de junho, em Ceilândia. O terceiro, Rossi, nosso UAG, em Taguatinga, ainda no início do segundo semestre. Eu digo isso porque não é uma obra que fazemos pela Subsecretaria de Assistência Social, mas é uma obra que mobiliza toda a gestão da Sedest. E as pessoas estão envolvidas, inclusive, atuando no final de semana para entrega desses equipamentos públicos para sua finalidade na política pública.

O serviço de acolhimento já acontece. Aqui eu tenho que saudar e reverenciar toda a atuação do Alison e da equipe que atua no Albercon. Temos um reconhecimento da insuficiência do atendimento que fazemos lá, mas fizemos um esforço enorme de ir melhorando os ambientes, porque, enquanto se conquistam outros espaços, não podemos abandonar aquele equipamento público que tem vinte anos de utilização. Por isso, nós redirecionamos parte do esforço pequeno que tínhamos da equipe de manutenção, mas de forma permanente. Fomos ágeis na reconstrução do muro derrubado. (Palmas.)

SR. DANIEL SEIDEL – Estou me controlando, Deputada Arlete Sampaio.

Dentro dessa ótica e dessa política, queremos mostrar que a política pública de assistência social não pode ser uma política pobre para enfrentar essa complexidade, ela tem que ser a política mais bem elaborada e mais robusta que possamos ter. Por isso que a resposta para essa situação é uma resposta múltipla, transversal e complexa. Por que estou dizendo isso? Porque, quando fomos elaborar e lançar a política em população de rua, olhamos para os dados da pesquisa e descobrimos que, de cada dez pessoas que estão em situação de rua, temos sete que são trabalhadores, trabalhadoras. A política tem que responder essa demanda de trabalho. E dentro disso a resposta que estamos construindo é uma resposta que inclui também a formação.

Além do decreto que vai instituir a política para a população em situação de rua, seremos a primeira unidade da federação brasileira a ter uma política própria.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	24

Teremos também um decreto que vai instituir o comitê intersetorial para catadores. Mateus, Antônia e demais representantes do movimento, nós não nos conformamos que existam recursos disponibilizados pelo Governo Federal e que não tenhamos a construção dos galpões para as cooperativas de catadores do Distrito Federal. De cada dez que estão em situação de rua, dois são catadores, trabalham fazendo com que tenhamos o enfrentamento da situação ecológica da nossa cidade. Por isso merecem ser reconhecidos como trabalhadores e que possam executar um trabalho decente. Então, parte da nossa resposta será a construção de um espaço de reconhecimento para os catadores a fim de que eles possam estar mais empoderados na política de resíduos sólidos que teremos também no Distrito Federal. A primeira parte é essa. Os outros 20%, professora Salete, são guardadores de carros e veículos. Nós acabamos de ter a declaração da situação... Cadê a Albertina que eu tinha visto por aqui? Está ali. Nós tivemos a declaração de que a regulamentação que tínhamos aqui e estávamos executando pela Sedest é inconstitucional. Então, nós vamos precisar de um novo desenho para atuação desses profissionais, desses trabalhadores que estão na rua, e vamos contar, Deputada Arlete Sampaio, com a atuação do Sebrae também, porque nossa perspectiva é que eles também possam se organizar de forma associativa, em cooperativas, para poderem atuar de forma decente, sem a privatização dos estacionamentos públicos do Distrito Federal. Esse é mais um conflito que compraremos, e eu sei que teremos que contar com a sociedade civil também nessa lida.

O terceiro encaminhamento que vamos fazer dentro disso é que, na construção das três unidades de acolhimento, nós vamos ter a contratação dos trabalhadores, os outros 20%, que atuam periodicamente ou esporadicamente na construção civil. São pedreiros, pintores, serralheiros que estão em situação de rua. São homens, muitas vezes pais de família, ou solteiros, que estão buscando trabalho. Então, nós já conversamos e vamos transformar isso, Deputada Arlete Sampaio, num acordo com as construtoras que foram vencedoras do processo licitatório para que elas contratem esses trabalhadores e os abriguem, no período da construção, proximamente à construção que faremos dessas três unidades. (Palmas.) A resposta tem que ser concreta.

Dentro disso, então, nós temos enfrentado... Não veio hoje, aqui, a essa audiência, mas estava lá, até as 10 horas da noite, dialogando com o pessoal de Planaltina, com os delegados do Orçamento Participativo... Um dos lugares em que será construída essa unidade é Planaltina. Os delegados começaram a se opor à construção desse equipamento. Aí qual foi a nossa atitude, da Sedest? Ir lá, conversar, explicar qual é a política pública. A partir daí, tivemos o convencimento, o acolhimento por maioria absoluta daqueles delegados do orçamento participativo, para que seja construída, em Planaltina, essa unidade. É assim que superamos os



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	— 25

conflitos, a falta de compreensão e o preconceito que muitas vezes se instala, movidos pelos vários instrumentos que temos de formação de opinião pública e de cultura na nossa sociedade.

Então, as ações que desenvolveremos... Porque, dentro do diapasão que temos seguido na Sedest, não gostamos de fazer assinatura de decreto sem resposta concreta de atendimento a essa população.

A inclusão no Cadastro Único depende, Ingrid, de acesso à documentação. Uma parte tem documentação. Nós já tivemos o treinamento e vamos incluí-la para que eles tenham acesso também às políticas de garantia de renda que o Governo Federal tem patrocinado dentro do Brasil sem Miséria.

Então, depois, ou simultaneamente, vem a ação para aqueles que não tiveram acesso à documentação; a instituição, como eu falei, do comitê intersetorial de catadores, a partir também da experiência que o Governo Federal fez; o grupo de trabalho para guardadores de carros e veículos; a construção das três unidades de acolhimento; a pactuação de áreas destinadas para o trabalho nessa construção, que é esse pacto com as construtoras e o Governo do Distrito Federal; e a construção dos galpões, que eu mencionava. Enquanto ficam prontos esses espaços — eu aqui tive a oportunidade de dialogar também com o Ulisses, temos conversado também com a Fundação Banco do Brasil e com a direção nacional da Caixa Econômica Federal e dialoguei isso também com a equipe de abordagem de rua —, nós queremos encontrar um acolhimento noturno para as pessoas que estão em situação de rua. Eu vou precisar de muito apoio da sociedade civil nesse serviço. Ontem eu tive oportunidade de, ao sair da reunião do fórum de secretários da assistência social em nível nacional, ter uma audiência com o bispo auxiliar, o Secretário-Geral da CNBB, Dom Leonardo. Ele me pediu, entre outras coisas, que essa parceria com a sociedade civil fosse realmente firmada nesse trabalho.

Tive também a sinalização do comandante Barros, do Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil, de que ele está à disposição para que possamos contar com pessoas e servidores que nos ajudem, porque, enquanto não tivermos a política toda construída e todos os espaços e equipamentos que levarão...

A nossa ideia, professora Salete, é que, no dia do lançamento, o Governador assine as três ordens de serviço, começando. Para isso, nessa semana, foi criada a junta orçamentária, presidida pelo nosso Governador Agnelo, secretariada pelo nosso companheiro Berger e integrada pelo Secretário de Planejamento e pelo Secretário de Fazenda, à qual vou reivindicar os 15 milhões de que preciso para construção desses albergues. Essa demanda de recursos públicos para a política para a população de rua é uma conquista que a gente faz no dia a dia, no cotidiano. Os recursos para a construção dos centros POP estão sendo garantidos dentro dos



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	— 26

recursos para reformas que estamos construindo com apoio da nossa unidade de administração geral.

A partir daí ficam outros desafios. Nessa destinação do espaço físico provisório, eu officiei a todos os presidentes de empresa, todos os diretores das autarquias e todos os secretários para que tenhamos a disponibilização de espaços públicos do Governo. Cheguei até a conhecer a experiência e estamos tentando ver se temos alguma possibilidade de conhecer algumas soluções para abrigo. Estou fazendo um estudo, Mateus, e já conversei com o consultor jurídico para declarar a situação da população de rua de calamidade pública.

Eu quero que a gente possa ter respostas mais rápidas e aí, Ingrid, a Defensoria Pública podia também colaborar conosco para encontrar uma solução jurídica para que pudéssemos ter rapidez. Também dialoguei com o Secretário de Habitação, Magela, dizendo que não dá mais para o Distrito Federal não ter uma política — que vai ser apresentada certamente, Deputada Arlete Sampaio —, uma iniciativa para aluguel social, uma política habitacional para esse segmento. Porque parte do sonho e das respostas que a gente precisa construir é no campo da política habitacional até que as pessoas possam se colocar em situação de emprego e assim nós não tenhamos... Para que efetivamente nós possamos oferecer... Os centros POP vêm na perspectiva de ser um serviço-dia, em que possamos oferecer o café da manhã, a possibilidade de atividades de que as pessoas possam participar, além de outras possibilidades de à noite serem destinadas a um lugar protegido para seu abrigo noturno.

É um enfrentamento corajoso, mas tímido, do Estado brasileiro. A dívida social que o Estado brasileiro tem com a população em situação de miséria ainda vai nos custar um tempo para podermos dar uma resposta com a dignidade que essa população merece.

Mas quero testemunhar aqui essa parte do nosso esforço, que está tendo o acompanhamento, a colaboração, a cooperação do Governo Federal. Nenhuma dessas iniciativas seria possível sem que tivéssemos esse apoio e a decisão da nossa Presidenta Dilma de que a riqueza do nosso País, produzida pela classe trabalhadora, possa ser por ela usufruída no momento em que o País alcança o sexto, o quinto lugar, possivelmente, em termos de economia mundial. País rico é país sem pobreza. O que estamos conseguindo fazer agora é superar a miséria. Temos um longo caminho.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada ao Secretário Daniel. Fico feliz que a Secretaria esteja avançando e procurando construir, em conjunto com a sociedade organizada, as diversas políticas públicas para fazer frente a essa situação que aqui debatemos.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2012	15h25min	28ª SESSÃO ORDINÁRIA COMISSÃO GERAL	– 27

Estou com um pequeno problema que eu queria compartilhar com todos vocês aqui. Eu gostaria imensamente de agora poder abrir a palavra para algumas pessoas falarem, mas eu preciso me retirar e não há outro Parlamentar aqui para poder dar continuidade à nossa comissão geral.

Vocês sabem que estamos com a greve dos professores, e estou sendo chamada agora para uma reunião que vai discutir alguma alternativa de proposta para amanhã ser apresentada à assembleia. Então vou pedir desculpas a todos vocês.

Quero agradecer a presença do nosso defensor público, Dr. Jairo Lourenço. A Deputada Celina Leão está aí? (Pausa.) Quero agradecer muitíssimo a todos vocês que estiveram aqui presentes nesta comissão geral; agradecer à Professora Maria Salete e à Bruna; agradecer à defensora pública Ingrid Quintão; agradecer ao Jacinto Mateus, que tão bem representa essa população em situação de rua; agradecer à Erika, que também já saiu; e agradecer sobretudo a todos os amigos e amigas da Sedest e a todos aqueles que vieram interessados na discussão desse tema.

Muitíssimo obrigado.

Neste momento, eu quero encerrar a nossa Comissão Geral dizendo que é apenas o começo de um grande debate que a gente pretende continuar fazendo aqui, acompanhando, sobretudo, o desenvolvimento da nossa atividade. Lamento muito, preciso sair e não posso ficar mais nem um minuto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h12min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 81 – Suplemento, de 11/5/2012.